

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**



PLANO DE ENSINO

CALENDÁRIO	Calendário Ordinário		
CURSO	Mestrado Acadêmico em Direito		
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	Direito, Estado e Sociedade		
LINHA DE PESQUISA	Constitucionalismo, Democracia e Organização do Estado		
DISCIPLINA	Fundamentos de Direito Administrativo - DIR 410220 (Disciplina do Programa de Mestrado comum a todas as áreas)		
DOCENTE	Dr. José Sérgio Da Silva Cristóvam		
NÚMERO DE VAGAS	30	CARGA HORÁRIA	45
DIA DA SEMANA	Segundas-feiras (ver cronograma)	HORÁRIOS	2 ^{as} – 9h

Ementa:	Evolução do Estado e seus reflexos no Direito Administrativo. Princípios e organização da Administração Pública. Serviços públicos. Princípios constitucionais do Direito Administrativo. Princípio da razoabilidade e da eficiência. Moralidade administrativa. Proteção jurídica do cidadão. Responsabilidade administrativa.
Objetivos:	<p>GERAL</p> <p>Analisar as bases e institutos fundamentais da disciplina jurídico-administrativa, a partir de uma recuperação histórica e teórica voltada ao desenvolvimento do espírito crítico e do pensamento reflexivo sobre os institutos jurídico-administrativos.</p> <p>ESPECÍFICOS</p> <p>Promover uma abordagem e discussão crítica sobre os temas e institutos jurídico-administrativos fundamentais, com o aprofundamento do seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Sobre o conceito de interesse público e o regime jurídico-administrativo; 2. Estado e Direito Administrativo na contemporaneidade; 3. Administração Pública democrática, participação e controle social; 4. Direito Administrativo social e desenvolvimento; 5. Administração Pública digital, inteligência artificial e novas tecnologias; 6. Direito Administrativo e consensualidade; 7. Direito Administrativo sancionador.
Metodologia:	A disciplina conta com a seguinte metodologia e distribuição da carga horária: 45 h/a

- **Atividades Presenciais e Síncronas:** 8 encontros presenciais e por videoconferência (ver conteúdo programático)
- **Atividades complementares:** elaboração de paper para a disciplina

ATIVIDADES PRESENCIAIS E SÍNCRONAS (VIDEOCONFERÊNCIA)

Seminários em formato presencial, bem como por meio de videoconferência (não-presenciais) – via Conferência Web (RNP) e/ou Google Meet, com acesso disponibilizado via Sistema Moodle (ver conteúdo programático).

Os seminários abordarão temáticas e textos previamente distribuídos, acompanhados de reflexões dialogadas, com ênfase ao estímulo do debate por meio de leituras orientadas.

O(A) aluno(a) deverá ler todos os textos de referências básicas e complementares de cada encontro, com a efetiva participação nos debates, por meio de reflexões críticas e formulação de problemas a partir das respectivas leituras de cada unidade.

IMPORTANTE 1

Para os alunos responsáveis pela apresentação dos respectivos seminários fica previsto, como obrigação integrante da apresentação do seminário, escolher e disponibilizar aos demais colegas, previamente ao seminário (até 3 dias antes), pelo menos um texto complementar (pode ser um artigo, capítulo de livro ou até material produzido pelos alunos), acerca da respectiva temática. Isso fará parte da avaliação.

IMPORTANTE 2

Para o primeiro seminário funcionarão como debatedores, com obrigação de trazer pelo menos 2 questionamentos ao debate, os alunos responsáveis pelo sétimo seminário. Para o segundo seminário os debatedores serão os alunos do primeiro e assim sucessivamente. Isso também fará parte da avaliação.

IMPORTANTE 3

No caso de impossibilidade realização das atividades presenciais aqui previstas, por conta da Pandemia da Covid-19 e/ou demais intercorrências, conforme as normativas da UFSC, estas ocorrerão no formato não-presencial acima previsto (síncronas), nas mesmas datas e horários.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES (Artigo Científico *paper*):

Cada aluno deverá apresentar trabalho escrito individual, na forma de artigo científico (*paper*), com a abordagem de ponto específico que tenha relação com algum dos encontros/seminários temáticos.

Critérios de avaliação:

A Avaliação dos alunos será realizada mediante os seguintes instrumentos:

I. Dos seminários:

Os alunos serão avaliados a partir da apresentação dos respectivos seminários temáticos e participação, correspondente a 30% da nota final.

II. Do artigo científico (*paper*):

Cada aluno deverá apresentar trabalho escrito individual, na forma de artigo científico (*paper*), com a abordagem de ponto específico que tenha relação com algum dos encontros/seminários temáticos, previamente discutido com o Professor (o tema poderá ser indicado pelo Professor), devendo ser realizado dentro das normas técnicas, com introdução,

desenvolvimento, considerações finais e referências, contendo entre 15 e 20 páginas, com prazo final de entrega em **20.05.2022**. A opção pelo tema do artigo científico deverá ser manifestada, expressamente, até o quarto encontro. A nota do artigo científico (paper) corresponderá a 50% da nota final.

III. Da participação e assiduidade:

Os alunos serão avaliados a partir da participação nos debates em sala e assiduidade nos encontros, correspondente a 20% da nota final.

IMPORTANTE

Cada ausência (falta – não participação dos seminários) acarretará a perda de 1,00 (um) ponto na média final do(a) aluno(a), limitado ao número máximo de faltas, conforme regulamentação da UFSC.

IV. Nota Final

A Nota Final resultará do seguinte cálculo:

NOTA 1 (N1): Seminários (30%)

NOTA 2 (N2): Artigo científico (50%)

NOTA 3 (N3): Participação e assiduidade (20%)

NOTA FINAL (NF – 100%)= N1 + N2 + N3

Tendo em vista o que dispõe a regulamentação da UFSC e a legislação federal em vigor, apenas obterá aprovação o aluno que: (a) obtiver conceito igual ou superior a C nas avaliações regulares; e (b) comparecer no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) dos encontros e atividades da disciplina.

Conteúdo programático:
* indique a data e o conteúdo dos encontros

1. ENCONTRO INICIAL – APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA – 14.03.2021 – 9h (Presencial – 5,5 h/a)

Apresentação geral da disciplina e distribuição dos seminários

2. PRIMEIRO SEMINÁRIO TEMÁTICO – 21.03.2022 – 9h (Videoconferência – 5,5 h/a)

Interesse público e regime jurídico-administrativo

Referências básicas

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. Administração Pública democrática e supremacia do interesse público: novo regime jurídico-administrativo e seus princípios constitucionais estruturantes. Curitiba: Juruá, 2015. pp. 63-172.

- JUSTEN FILHO, Marçal. Conceito de interesse público e a “personalização” do Direito Administrativo. Revista Trimestral de Direito Público, São Paulo, n. 26, pp. 115-136, 1999.

- GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder. O suposto caráter autoritário da supremacia do interesse público e das origens do Direito

Administrativo: uma crítica da crítica. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; HACHEM, Daniel Wunder (Coord.). **Direito Administrativo e interesse público**: estudos em homenagem ao Professor Celso Antônio Bandeira de Mello. Belo Horizonte: Fórum, 2010. pp. 155-201.

- GABARDO, Emerson. O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado como fundamento do Administração Pública Social. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 4, n. 2, pp. 95-130, mai./ago. 2017. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/53437/33212>. Acesso em: 16 fev. 2022.

3. SEGUNDO SEMINÁRIO TEMÁTICO – 28.03.2022 – 9h (Videoconferência – 5,5 h/a)

A Constituição e a Administração Pública na encruzilhada do ponderacionismo: o decisionismo “aos pés da esfinge”

Referências básicas

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. Menos princípios, mais regras: a teoria da ponderação na encruzilhada do decisionismo. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, ano 5, n. 03, pp. 993-1023, 2019. Disponível em: http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/3/2019_03_0993_1023.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.

- GABARDO, Emerson. Os perigos do moralismo político e a necessidade de defesa do direito posto na Constituição da República de 1988. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 17, n. 70, pp. 65-91, out./dez. 2017. Disponível em: <http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/847>. Acesso em: 16 fev. 2022.

- SALGADO, Eneida Desiree. Populismo judicial, moralismo e o desprezo à Constituição: a democracia entre velhos e novos inimigos. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 117, pp. 193-217, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/594>. Acesso em: 16 fev. 2022.

4. TERCEIRO SEMINÁRIO TEMÁTICO – 04.04.2022 – 9h (Videoconferência – 5,5 h/a)

Sobre as bases do Direito Administrativo social e uma noção de desenvolvimento

Referências básicas

- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. O princípio de subsidiariedade: conceito e revolução. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, n. 200, p. 21-54, abr./jun. 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46525/46567>. Acesso em: 16 fev. 2022.

- BALBÍN, Carlos Francisco. Un derecho administrativo para la inclusión social. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 14, n. 58, p. 33-59, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/73/334>.

Acesso em: 16 fev. 2022.

- HACHEM, Daniel Wunder. A noção constitucional de desenvolvimento para além do viés econômico: reflexos sobre algumas tendências do Direito Público brasileiro. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 13, n. 53, p. 133-168, jul./set. 2013. Disponível em:

<http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/viewFile/126/289>

. Acesso em: 16 fev. 2022.

5. QUARTO SEMINÁRIO TEMÁTICO – 11.04.2022 – 9h (Videoconferência – 5,5 h/a)

Administração Pública digital, políticas públicas e desenvolvimento

Referências básicas

- FREITAS, Juarez. Direito administrativo e inteligência artificial. **Revista Interesse Público**, Belo Horizonte, ano 21, n. 114, pp. 15-29, mar./abr. 2019.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SAIKALI, Lucas Bossoni; SOUSA, Thanderson Pereira de. Governo digital na implementação de serviços públicos para a concretização de direitos sociais no Brasil. **Revista Sequência**, Florianópolis, n. 84, pp. 209-242, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2020v43n84p209/43642>. Acesso em: 16 fev. 2022.

FREITAS, Juarez; TEIXEIRA, Anderson V. Democracia digital e avaliação continuada de políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 119, p. 227-252, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbep/article/view/17564>. Acesso em: 16 fev. 2022.

- REYNA, Justo; GABARDO, Emerson; SANTOS, Fábio de Sousa. Electronic government, digital invisibility and fundamental social rights. **Revista Sequência**, Florianópolis, vol. 41, n. 85, p. 30-50, ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/75278/44588>. Acesso em: 16 fev. 2022.

6. QUINTO SEMINÁRIO TEMÁTICO – 18.04.2022 – 9h (Presencial – 5,5 h/a)

Acesso à informação, participação e controle social da Administração Pública

Referências básicas

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; MEZZAROBBA, Orides; PEREIRA, Paulo Ricardo Maroso. Controle social e o paradigma da Administração Pública digital no Brasil. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, ano 2, n. 2, p. 55-77, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/cristovam2021>. Acesso em: 16 fev. 2022.

- BITENCOURT, Caroline Müller; RECK, Janrié Rodrigues. Os desafios do acesso à informação e o controle social no Estado pós-democrático: normalidade ou exceção? **Revista Sequência**, Florianópolis, v. 41, n. 84, pp. 183-208, abr. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2020v43n84p183>. Acesso em: 16 fev. 2022.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; GONDIM, Liliane Sonsol; SOUSA, Thanderson Pereira de. Análise de Impacto Regulatório (AIR) e participação social no Brasil. **Revista Justiça do Direito**, v. 34, n. 2, pp. 351-370, ago. 2020. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/11304>. Acesso em: 16 fev. 2022.

7. SEXTO SEMINÁRIO TEMÁTICO – 25.04.2022 – 9h (Presencial – 5,5 h/a)

Direito Administrativo e e paradigma da consensualidade

Referências básicas

- BENALCÁZAR GUERRÓN, Juan Carlos. Los actos administrativos consensuales: una técnica para el ejercicio de la participación ciudadana en las decisiones de la Administración Pública. **Biblioteca Jurídica Virtual del Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM**, México, pp. 3-41, 2006. Disponível: <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/9/4159/2.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2022.

- FREITAS, Juarez. Direito administrativo não adversarial: a prioritária solução consensual de conflitos. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 276, pp. 25-46, set./dez. 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/72991/71617>. Acesso em: 16 fev. 2022.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; EIDT, Elisa Berton. A autorização legal para realização de acordos pela Administração Pública e a sua aplicação no âmbito das câmaras administrativas. **Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 11, pp. 55-81, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2020v43n84p209/43642>. Acesso em: 16 fev. 2022.

8. SÉTIMO SEMINÁRIO TEMÁTICO E FECHAMENTO DA DISCIPLINA – 02.05.2022 – 9h (Presencial – 6,5 h/a)

Sobre as bases do Direito Administrativo sancionador

Referências básicas

- NIETO, Alejandro. Régimen sancionador de las administraciones públicas: últimas novedades. Passos recientes del proceso sustantivador del Derecho Administrativo Sancionador. **Cuadernos de derecho local**, Madrid, n. 14, pp. 7-13, 2007. Disponível em: http://repositorio.gobiernolocal.es/xmlui/bitstream/handle/10873/316/qdl14_04_est01_nieto.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 16 fev. 2022.

- ALARCÓN SOTOMAYOR, Lucía. Los confines de las sanciones: en busca de la frontera entre Derecho penal y Derecho administrativo sancionador. **Revista de Administración Pública**, Madrid, v. 195, pp. 135-167, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4935395.pdf>

	<p>. Acesso em: 16 fev. 2022.</p> <p>- OLIVEIRA, José Roberto Pimenta; GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti Grotti. Direito administrativo sancionador brasileiro: breve evolução, identidade, abrangência e funcionalidades. Revista Interesse Público, Belo Horizonte, ano 22, n. 120, pp. 83-126, mar./abr. 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/CEJUR%20-%20PGM/CEJUR%20Clipping/5%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Artigos/3.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.</p> <p>- FERREIRA, Daniel. Sanções administrativas: entre direitos fundamentais e democratização da ação estatal. Revista de Direitos Fundamentais e Democracia, Curitiba, v. 12, n. 12, pp. 167-185, jul./dez., 2012. Disponível em: http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/download/309/280. Acesso em: 16 fev. 2022.</p>
<p>Bibliografia Básica:</p>	<p>- ALARCÓN SOTOMAYOR, Lucía. Los confines de las sanciones: en busca de la frontera entre Derecho penal y Derecho administrativo sancionador. Revista de Administración Pública, Madrid, v. 195, pp. 135-167, 2014. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4935395.pdf . Acesso em: 16 fev. 2022.</p> <p>- BALBÍN, Carlos Francisco. Un derecho administrativo para la inclusión social. A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 14, n. 58, p. 33-59, out./dez. 2014. Disponível em: http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/73/334. Acesso em: 16 fev. 2022.</p> <p>- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. O princípio de subsidiariedade: conceito e revolução. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, n. 200, p. 21-54, abr./jun. 1995. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46525/46567 . Acesso em: 16 fev. 2022.</p> <p>- BENALCÁZAR GUERRÓN, Juan Carlos. Los actos administrativos consensuales: una técnica para el ejercicio de la participación ciudadana en las decisiones de la Administración Pública. Biblioteca Jurídica Virtual del Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM, México, pp. 3-41, 2006. Disponível: https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/9/4159/2.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.</p> <p>- BITENCOURT, Caroline Müller; RECK, Janrié Rodrigues. Os desafios do acesso à informação e o controle social no Estado pós-democrático: normalidade ou exceção? Revista Seqüência, Florianópolis, v. 41, n. 84, pp. 183-208, abr. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2020v43n84p183. Acesso em: 16 fev. 2022.</p> <p>- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. Administração Pública democrática e supremacia do interesse público: novo regime jurídico-administrativo e seus princípios constitucionais estruturantes. Curitiba: Juruá, 2015.</p> <p>- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. Menos princípios, mais regras: a teoria da ponderação na encruzilhada do decisionismo. Revista Jurídica Luso-Brasileira, ano 5, n. 03, pp. 993-1023, 2019. Disponível em: http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/3/2019_03_0993_1023.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.</p>

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; EIDT, Elisa Berton. A autorização legal para realização de acordos pela Administração Pública e a sua aplicação no âmbito das câmaras administrativas. **Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 11, pp. 55-81, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2020v43n84p209/43642>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; GONDIM, Liliane Sonsol; SOUSA, Thanderson Pereira de. Análise de Impacto Regulatório (AIR) e participação social no Brasil. **Revista Justiça do Direito**, v. 34, n. 2, pp. 351-370, ago. 2020. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/11304>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SAIKALI, Lucas Bossoni; SOUSA, Thanderson Pereira de. Governo digital na implementação de serviços públicos para a concretização de direitos sociais no Brasil. **Revista Sequência**, Florianópolis, n. 84, pp. 209-242, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2020v43n84p209/43642>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; MEZZAROBBA, Orides; PEREIRA, Paulo Ricardo Maroso. Controle social e o paradigma da Administração Pública digital no Brasil. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, ano 2, n. 2, p. 55-77, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/cristovam2021>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- FERREIRA, Daniel. Sanções administrativas: entre direitos fundamentais e democratização da ação estatal. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v. 12, n. 12, pp. 167-185, jul./dez., 2012. Disponível em: <http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/download/309/280>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- FREITAS, Juarez. Direito administrativo e inteligência artificial. **Revista Interesse Público**, Belo Horizonte, ano 21, n. 114, pp. 15-29, mar./abr. 2019.
- FREITAS, Juarez. Direito administrativo não adversarial: a prioritária solução consensual de conflitos. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 276, pp. 25-46, set./dez. 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/72991/71617>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- FREITAS, Juarez; TEIXEIRA, Anderson V. Democracia digital e avaliação continuada de políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 119, p. 227-252, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbep/article/view/17564>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- GABARDO, Emerson. Os perigos do moralismo político e a necessidade de defesa do direito posto na Constituição da República de 1988. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 17, n. 70, pp. 65-91, out./dez. 2017. Disponível em: <http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/847>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- GABARDO, Emerson. O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado como fundamento do Administração Pública

	<p>Social. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, v. 4, n. 2, pp. 95-130, mai./ago. 2017. Disponível em: http://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/53437/33212. Acesso em: 16 fev. 2022.</p> <p>- GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder. O suposto caráter autoritário da supremacia do interesse público e das origens do Direito Administrativo: uma crítica da crítica. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; HACHEM, Daniel Wunder (Coord.). Direito Administrativo e interesse público: estudos em homenagem ao Professor Celso Antônio Bandeira de Mello. Belo Horizonte: Fórum, 2010. pp. 155-201.</p> <p>- HACHEM, Daniel Wunder. A noção constitucional de desenvolvimento para além do viés econômico: reflexos sobre algumas tendências do Direito Público brasileiro. A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 13, n. 53, p. 133-168, jul./set. 2013. Disponível em: http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/viewFile/126/289. Acesso em: 16 fev. 2022.</p> <p>- JUSTEN FILHO, Marçal. Conceito de interesse público e a “personalização” do Direito Administrativo. <i>Revista Trimestral de Direito Público</i>, São Paulo, n. 26, pp. 115-136, 1999.</p> <p>- NIETO, Alejandro. Régimen sancionador de las administraciones públicas: últimas novedades. Passos recientes del proceso sustantivador del Derecho Administrativo Sancionador. Cuadernos de derecho local, Madrid, n. 14, pp. 7-13, 2007. Disponível em: http://repositorio.gobiernolocal.es/xmlui/bitstream/handle/10873/316/qdl14_04_est01_nieto.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 16 fev. 2022.</p> <p>- OLIVEIRA, José Roberto Pimenta; GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti Grotti. Direito administrativo sancionador brasileiro: breve evolução, identidade, abrangência e funcionalidades. Revista Interesse Público, Belo Horizonte, ano 22, n. 120, pp. 83-126, mar./abr. 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/CEJUR%20-%20PGM/CEJUR%20Clipping/5%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Artigos/3.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.</p> <p>- REYNA, Justo; GABARDO, Emerson; SANTOS, Fábio de Sousa. Electronic government, digital invisibility and fundamental social rights. Revista Sequência, Florianópolis, vol. 41, n. 85, p. 30-50, ago. 2020. Disponível: https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/75278/44588. Acesso em: 16 fev. 2022.</p> <p>- SALGADO, Eneida Desiree. Populismo judicial, moralismo e o desprezo à Constituição: a democracia entre velhos e novos inimigos. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 117, pp. 193-217, jul./dez. 2018. Disponível em: https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/594. Acesso em: 16 fev. 2022.</p>
Bibliografia Complementar	A depender da indicação de cada seminário temático.